

Pirapora II Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Pirapora II Solar Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora II Solar Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pirapora II Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento da receita

Veja a Nota 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita das SPEs da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de performance é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia. As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas de acordo com a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes, estabelecidas em contrato.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à magnitude da receita reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tendo em vista os riscos de que uma receita seja mensurada em desacordo com os contratos identificados e reconhecida em período distinto daquele em que ocorreu a transferência de controle ao cliente e conseqüente se deu o cumprimento da obrigação de performance.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Recálculo dos contratos de geração de energia celebrados no ambiente regulado, efetuando a conferência dos dados utilizados na mensuração da receita;(b) Teste de corte da receita, avaliando as últimas faturas do ano de 2022 e primeiras do ano de 2023, para corroborar o reconhecimento de receita no período correto;(c) Teste de recebimento subsequente do contas a receber, por amostragem;(d) Confronto dos relatórios de faturamento com a respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de liquidação do órgão regulador, comprovantes de liquidação financeira das instituições bancárias e evidência contratual acerca da razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração e reconhecimento da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

Pirapora II Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	724.854	8.663	15.298.904	18.711.981
Títulos e valores mobiliários	5	11.568.481	9.442.357	44.692.363	23.809.489
Contas a receber	6	-	-	11.563.303	11.979.491
Adiantamentos a fornecedores		-	-	2.912	2.153
Despesas antecipadas			1.759		7.036
Impostos a recuperar	7	289.815	238.477	685.437	632.912
Dividendos a receber	23.2	8.472.758	2.859.919	-	-
		<u>21.055.907</u>	<u>12.551.175</u>	<u>72.242.919</u>	<u>55.143.063</u>
Não circulante					
Investimentos em participações societárias	8	120.331.601	105.009.348	-	-
Imobilizado	9	-	-	369.950.000	382.894.480
Intangíveis	10	17.646.717	18.177.388	17.646.717	18.177.389
Direito de uso de arrendamento	11	-	-	7.231.053	5.818.164
		<u>141.278.318</u>	<u>123.186.736</u>	<u>394.827.770</u>	<u>406.890.032</u>
Total de ativos		<u>159.034.226</u>	<u>135.737.911</u>	<u>467.070.689</u>	<u>462.033.095</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Tributos a recolher	12	2.922	1.288	762.458	857.160
Contas a pagar	13	21.353	24.056	4.575.741	5.249.757
Contas a pagar – partes relacionadas	23.1	-	-	176.916	41.678
Adiantamentos de clientes		-	-	1.409	1.000
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	19.399.520	21.529.668
Debêntures a pagar	15	12.584.966	12.455.380	12.584.966	12.455.380
Dividendos a pagar	23.3	3.210.834	-	3.210.834	-
Passivo de arrendamento	11	-	-	909.754	719.282
Provisão para IRPJ e CSLL correntes		-	-	760.395	821.237
		<u>15.820.075</u>	<u>12.480.724</u>	<u>42.381.993</u>	<u>41.675.162</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	275.492.676	292.037.295
Debêntures a pagar	15	121.566.451	119.398.922	121.566.451	119.398.922
Passivo de arrendamento	11	-	-	5.664.597	4.698.130
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos		-	-	317.273	365.321
		<u>121.566.451</u>	<u>119.398.922</u>	<u>403.040.997</u>	<u>416.499.668</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	10.075.818	10.075.818	10.075.818	10.075.818
Reserva legal	16.2	1.939.380	1.263.415	1.939.380	1.263.415
Dividendos adicionais propostos	16.4	9.632.501	3	9.632.501	3
Prejuízos acumulados		-	(7.480.971)	-	(7.480.971)
Total do patrimônio líquido		<u>21.647.699</u>	<u>3.858.265</u>	<u>21.647.699</u>	<u>3.858.265</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>159.034.225</u>	<u>135.737.911</u>	<u>467.070.689</u>	<u>462.033.095</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individual e consolidadas

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	17	-	-	90.813.449	81.951.988
Custos das vendas	18	-	-	(28.640.727)	(27.389.663)
Lucro bruto		-	-	62.172.722	54.562.325
Despesas administrativas	19	(875.588)	(739.338)	(1.803.834)	(1.922.092)
Participação nos lucros de controladas	8	35.674.767	12.041.764	-	-
Outras receitas operacionais	20	14	-	145.583	1.199.297
Lucro operacional		34.799.193	11.302.426	60.514.471	53.839.530
Despesas financeiras	21	(13.957.662)	(18.814.265)	(39.085.278)	(60.054.479)
Receitas financeiras	21	158.739	30.867	3.624.924	1.976.631
Resultado financeiro		(13.798.922)	(18.783.398)	(35.460.354)	(58.077.848)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.000.271	(7.480.972)	25.054.117	(4.238.318)
Imposto renda e contribuição social Corrente	22	-	-	(4.101.894)	(3.948.459)
Imposto renada e contribuição social diferidos		-	-	48.048	705.806
Lucro líquido do exercício		21.000.271	(7.480.972)	21.000.271	(7.480.972)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individual e consolidadas.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	21.000.269	(7.480.972)	21.000.271	(7.480.972)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>21.000.271</u>	<u>(7.480.972)</u>	<u>21.000.271</u>	<u>(7.480.972)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individual e consolidadas.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	10.075.818	1.263.415	9.343.222	-	20.682.455
Dividendos distribuídos de reservas de lucros (Nota 16.4)	-	-	(9.343.219)	-	(9.343.219)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.480.972)	(7.480.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.075.818	1.263.415	3	(7.480.972)	3.858.265
Lucro líquido do exercício				21.000.271	21.000.271
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva legal (Nota 16.2)	-	675.965	-	(675.965)	-
Dividendos a pagar (Nota 16.3)	-	-	-	(3.210.834)	(3.210.834)
Dividendos adicionais propostos (Nota 16.4)	-	-	9.632.498	(9.632.498)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.075.818	1.939.380	9.632.501	-	21.647.699

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individual e consolidadas.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.000.271	(7.480.972)	21.000.271	(7.480.972)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação	-	-	18.032.975	17.792.513
Amortização do intangível	530.671	530.671	530.671	530.671
Apropriação - Custos com debêntures	260.714	-	260.714	-
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	24.354.621	38.925.456
Provisão de juros sobre debêntures	13.676.010	18.417.821	13.676.010	18.417.821
Amortização ativos - direito de uso	-	-	293.479	192.881
Juros sobre arrendamentos	-	-	711.722	631.060
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(135.022)	(22.736)	(2.752.390)	(906.421)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(48.048)	(705.806)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	4.101.894	3.948.459
Resultado de equivalência patrimonial	(35.674.767)	(12.041.764)	-	-
Baixa de imobilizado	-	-	-	44.740
	(342.124)	(596.980)	80.161.919	71.390.402
<u>Variações dos ativos e passivos operacionais</u>				
Contas a receber de clientes	-	-	416.188	14.861.573
Adiantamentos	-	-	(758)	(1.204)
Despesas antecipadas	1.759	(1.042)	7.036	(4.170)
Tributos a recuperar	(51.337)	(14.317)	(52.525)	(140.968)
Tributos a recolher	1.633	(731)	(94.702)	210.941
Contas a pagar	(2.705)	6	(674.016)	(2.533.631)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	135.238	41.685
Outros passivos	-	-	408	(8.062.826)
	<u>(50.650)</u>	<u>(16.084)</u>	<u>(263.131)</u>	<u>4.371.399</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.162.736)	(3.814.932)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(392.774)	(613.064)	75.736.052	71.946.869

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamentos na aquisição de imobilizado	-	-	(5.088.495)	(2.073.396)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(21.302.451)	(25.035.597)	(79.186.538)	(86.464.236)
Resgate de títulos e valores mobiliários	19.311.350	24.210.420	61.056.053	112.278.213
Dividendos recebidos	14.739.675	22.472.694	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	12.748.574	21.647.517	(23.218.980)	23.740.581
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos - principal	-	-	(17.625.072)	(15.934.539)
Pagamento de empréstimos - juros	-	-	(25.404.316)	(40.015.141)
Pagamento de debêntures - principal	(4.720.000)	-	(4.720.000)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	(6.919.609)	(8.828.873)	(6.919.609)	(8.828.873)
Custos com debêntures	-	260.712	-	260.712
Dividendos pagos	-	(12.457.629)	-	(12.457.629)
Pagamento direito de uso do arrendamento	-	-	(1.261.152)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.639.609)	(21.025.790)	(55.930.149)	(76.975.470)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	716.190	8.663	(3.413.077)	18.711.981
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8.663	7.944.525	18.711.981	18.436.073
No final do exercício	724.853	7.953.188	15.298.904	37.148.054
	716.190	8.663	(3.413.077)	18.711.981
Informações sobre transações que não envolvem caixa:				
CPC 06 - Reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	1.706.368	-
Dividendos obrigatórios a receber	8.742.758	11.439.677	8.742.758	11.439.677
Dividendos propostos a receber	22.118.721	-	22.118.271	-
Transferência entre grupos do ativo imobilizado	-	-	18.530	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individual e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Pirapora II Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 1 de julho de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso no 52, 18º andar, Centro. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras Companhias.

O Consórcio Pirapora, foi um dos vencedores no 8º leilão de energia de Reserva, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 25,2 MWh ao preço médio de R\$ 300 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades (suas controladas) as quais receberam a autorização para exploração das usinas que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora II para a Companhia Pirapora II Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Companhia passou a controlar 100% do capital das Companhias Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 16 de maio de 2017, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda na qual a Companhia EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora II Solar Holding S.A.

As Entidades controladas entraram em operação comercial ao longo do mês de maio de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora II: a partir do dia 26 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.167, de 25 de maio de 2018;
- Pirapora III: a partir do dia 18 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.098, de 17 de maio de 2018;
- Pirapora IV: a partir do dia 04 de maio de 2018, conforme despacho nº 998, de 03 de maio de 2018;

Em 07 de dezembro de 2018, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 20% participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

1.1 Da autorização para operação

As Companhias fazem parte do Complexo Solar Pirapora II que possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a

manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

Empresas constituídas	Assinatura da outorga	Capacidade	
Pirapora II Energias Renováveis S/A	10 de maio de 2016	30	MW
Pirapora III Energias Renováveis S/A	09 de maio de 2016	30	MW
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	31 de maio de 2016	30	MW
		90	MW

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada;
- Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- Subestação Coletora Pirapora II 34,5/138 kV;
- Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora II à Subestação Pirapora 2;
- Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislações societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

<u>Controladas</u>	<u>Atividade</u>	<u>% Participação</u>
Pirapora II Energias Renováveis S/A	Geração de energia solar	100%
Pirapora III Energias Renováveis S/A	Geração de energia solar	100%
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	Geração de energia solar	100%

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas

são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, baseado no resultado de estudo interno elaborado pela Companhia com aplicação de taxa de desconto livre de risco. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções

fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22).

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a

Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, caixas e equivalentes de caixa.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.6 Ativo intangível

Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia Solar II.

O ágio e custo do intangível reconhecido são amortizados pelo período da outorga conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ativo intangível	Ágio	Custo de aquisição	Intangível amortizável	Período de outorga	Prazo
Pirapora II	2.034.551	3.893.094	5.927.645	10/05/2016	35 anos
Pirapora III	1.990.709	3.898.522	5.889.231	09/05/2016	35 anos
Pirapora IV	1.932.254	3.897.588	5.829.842	31/05/2016	35 anos
	<u>5.957.514</u>	<u>11.689.204</u>	<u>17.646.718</u>		

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

Debêntures

Em 13 de setembro de 2019 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.13 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais

(controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iii) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(iv) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.14 Passivo de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de

direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(i) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não efetivas

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 32	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos	724.854	8.663	15.298.904	18.711.981
	<u>724.854</u>	<u>8.663</u>	<u>15.298.904</u>	<u>18.711.981</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	11.568.481	9.442.357	44.692.363	23.809.489
	<u>11.568.481</u>	<u>9.442.357</u>	<u>44.692.363</u>	<u>23.809.489</u>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2022 sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% (95% em 31 de dezembro de 2021) - rentabilidade do FIC Soberano DI Santander.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Contratos de energia de reserva (i)	11.559.003	11.074.551
Outros contas a receber	4.300	904.940
	<u>11.563.303</u>	<u>11.979.491</u>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais

seguintes

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ	252.449	230.907	302.214	279.814
CSLL	2.175	-	2.284	-
IRRF	35.191	7.570	380.939	353.098
	289.815	238.477	685.437	632.912

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos em Companhias controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.3 (b)).

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
	Saldo em 31/12/2021	35.474.805	34.873.299	34.661.243
Equivalência patrimonial	11.907.518	11.863.794	11.903.455	35.674.767
Dividendos declarados	(6.193.560)	(5.529.914)	(5.329.040)	(17.352.514)
Dividendos pagos antecipados 2022	(1.100.000)	(1.100.000)	(1.100.000)	(3.300.000)
Saldo em 31/12/2022	40.088.763	40.107.179	40.135.659	120.331.601
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Saldo em 31/12/2020	37.476.045	37.761.981	37.443.998	112.682.024
Equivalência patrimonial	4.723.544	3.806.684	3.511.535	12.041.763
Dividendos declarados	(6.724.783)	(6.695.366)	(6.294.290)	(19.714.439)

Saldo em 31/12/2021	35.474.805	34.873.299	34.661.243	105.009.348
---------------------	------------	------------	------------	-------------

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022		
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
	Ativos circulantes	20.082.753	20.547.794
Ativos não circulantes	126.096.137	124.942.588	126.142.329
Passivos circulantes	11.902.324	11.562.969	11.747.964
Passivos não circulantes	94.187.803	93.820.232	93.466.509
Patrimônio líquido	28.181.245	28.243.386	28.232.204
Resultado	11.907.518	11.863.795	11.903.454

	2021		
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
	Ativos circulantes	15.777.184	15.351.274
Ativos não circulantes	130.065.389	129.072.361	129.574.894
Passivos circulantes	12.280.476	9.872.282	10.080.178
Passivos não circulantes	98.087.292	99.678.053	99.335.400
Patrimônio líquido	35.474.805	34.873.300	34.661.244
Resultado	4.723.544	3.806.684	3.511.535

9 Imobilizado

	Consolidado						
	2022						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Painéis solares fotovoltaicos	4%	382.875.660	5.088.495	18.530	-	(18.032.975)	369.950.00
Adiantamento para aquisição de ativos	-	18.530	-	(18.530)	-	-	-
Total		382.894.480	5.088.495	-	-	(18.032.975)	369.950.000
Custo		447.356.475					452.444.970
Depreciação acumulada		(64.461.995)					(82.494.970)
Imobilizado líquido		382.894.480					369.950.000

Consolidado							
2021							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Painéis solares fotovoltaicos	4%	398.658.338	2.054.866	-	(44.741)	(17.792.513)	382.875.952
Adiantamento para aquisição de ativos	-	-	18.530	-	-	-	18.530
Total		398.658.338	2.073.396	-	(44.741)	(17.792.513)	382.894.480
Custo		445.327.820					447.356.475
Depreciação acumulada		(46.669.482)					(64.461.995)
Imobilizado líquido		<u>398.658.338</u>					<u>382.894.480</u>

10 Intangível

Consolidado				
2022				
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Pirapora II	2,86%	6.106.260	(178.615)	5.927.645
Pirapora III	2,86%	6.066.293	(177.063)	5.889.230
Pirapora IV	2,86%	6.004.836	(174.993)	5.829.842
Total		18.177.388	(530.671)	17.646.717
Custo		21.228.748		21.228.748
Amortização acumulada		(3.051.360)		(3.582.031)
Intangível líquido		<u>18.177.388</u>		<u>17.646.717</u>

Consolidado				
2021				
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Pirapora II	2,86%	6.284.875	(178.615)	6.106.260
Pirapora III	2,86%	6.243.356	(177.063)	6.066.293
Pirapora IV	2,86%	6.179.829	(174.994)	6.004.836
Total		18.708.060	(530.672)	18.177.388
Custo (i)		21.228.748		21.228.748

Amortização acumulada	(2.520.688)	(3.051.360)
Intangível líquido	<u>18.708.060</u>	<u>18.177.388</u>

- (i) Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia Solar II. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia.

11 Passivo de arrendamento

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 7,96%, obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui 02 (dois) contratos de aluguel reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

a) Direito de uso

				Consolidado
				2022
Direito de Uso	Saldo em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Aluguel de imóveis	5.818.164	1.706.368	(293.479)	7.231.053
	<u>5.818.164</u>	<u>1.706.368</u>	<u>(293.479)</u>	<u>7.231.053</u>
				Consolidado
				2021
Direito de Uso	Saldo em 01/01/2021	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Aluguel de imóveis	5.625.283	444.658	(251.777)	5.818.164
	<u>5.625.283</u>	<u>444.658</u>	<u>(251.777)</u>	<u>5.818.164</u>

b) Passivo de arrendamento

					Consolidado
2022					
Passivo de arrendamento	Saldo em 31/12/2021	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Aluguel de imóveis	5.417.412	1.706.368	711.723	(1.261.152)	6.574.351
	5.417.412	1.706.368	711.723	(1.261.152)	6.574.351
Circulante					909.754
Não circulante					5.664.597
					Consolidado
2021					
Passivo de arrendamento	Saldo em 01/01/2021	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Aluguel de imóveis	5.441.649	444.658	631.061	(1.099.955)	5.417.412
	5.441.649	444.658	631.061	(1.099.955)	5.417.412
Circulante					719.282
Não circulante					4.698.130

12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS sobre faturamento	278	38	116.358	126.306
COFINS sobre faturamento	1.744	265	537.493	583.042
Tributos retidos na fonte	900	985	107.412	145.373
Outros	-	-	1.195	2.439
	<u>2.922</u>	<u>1.288</u>	<u>762.458</u>	<u>857.160</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços prestados	2.402	2.402	532.880	375.865
Aquisição de materiais	-	-	158.621	-
Aquisição de imobilizado	-	-	986	20.617
Serviços de manutenção (i)	-	-	2.936.039	283.835
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	13.982	-

Ressarcimento CCEE	-	-	914.284	-
Outros	18.951	21.654	57.823	4.569.440
	<u>21.353</u>	<u>24.056</u>	<u>4.575.741</u>	<u>5.249.757</u>

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 dias (ver Nota 3.10).

- (i) Valor referente a manutenção dos parques de energia solar realizadas em 2022.

14 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Consolidado	
					2022	2021
Principal BNB						
PROINFRA	R\$	IPCA+2,08%	7,98%	2023 a 2038	293.946.945	309.662.259
Juros		-	-	-	945.251	3.904.704
					<u>294.892.196</u>	<u>313.566.963</u>
Passivo circulante					19.399.520	21.529.668
Passivo não circulante					275.492.676	292.037.295

Em 28 de junho de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 366.477.563 tendo ocorrido a liberação total de R\$ 354.068.380.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque solar. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0766% a.a, com exigibilidade mensal após o termino do período de carência em 15 de fevereiro de 2019.

O valor do principal será amortizado em 234 prestações mensais, com início em 15 de fevereiro de 2019 até 15 de julho de 2038.

A movimentação dos empréstimos encontra-se apresentada abaixo:

			Consolidado
Saldo inicial em 01/01/2021	330.591.185	Saldo inicial em 01/01/2022	313.566.963
(+) Juros apropriados	38.925.456	(+) Juros apropriados	24.354.621
(-) Amortização juros	(40.015.139)	(-) Amortização juros	(25.404.316)
(-) Amortização principal	<u>(15.934.539)</u>	(-) Amortização principal	<u>(17.625.072)</u>
Saldo final em 31/12/2021	313.566.963	Saldo final em 31/12/2022	294.892.196

Garantias

O empréstimo conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e alienação

fiduciária dos direitos creditórios, além de três meses de serviço da dívida em conta reserva.

Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos de no mínimo 1,05 poderá acarretar em deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. Os índices calculados para 2022, são ICSD Consolidado 1,40 e ICSD dividendos 1,24.

15 Debêntures

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

Foram emitidas 118.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 18 de outubro de 2019. Abaixo, apresentamos as principais características:

				Controladora e Consolidado		
Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	2022	2021	
Debêntures - principal	R\$	IPCA+ 4,22%	10,12%	2020 a 2031	110.331.555	115.050.000
Debêntures - juros		-	-	-	26.156.283	19.401.437
Custos de captação		-	-	-	(2.336.421)	(2.597.135)
					<u>134.151.417</u>	<u>131.854.302</u>
Passivo circulante					12.584.966	12.455.380
Passivo não circulante					121.566.451	119.398.922

A movimentação das debentures encontra-se evidenciada abaixo:

				Controladora e Consolidado	
Saldo inicial em 01/01/2021	122.004.640	Saldo inicial em 01/01/2022		131.854.302	
(+) Juros apropriados	18.417.821	(+) Juros apropriados		13.676.010	
(-) Amortização juros	(8.828.874)	(-) Amortização juros		(6.919.609)	
(-) Amortização principal	-	(-) Amortização principal		(4.720.000)	
(-) Custo a amortizar	260.715	(-) Custo a amortizar		260.714	
Saldo final em 31/12/2021	131.854.302	Saldo final em 31/12/2022		134.151.417	

Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos de no mínimo 1,05 poderá acarretar em deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. Os índices calculados para 2022, são ICSD Consolidado 1,40 (1,08 em 2021) e ICSD dividendos 1,27 (2,55 em 2021).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 10.075.818, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 10.075.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Participação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	5.037.909	5.037.909
Ômega Geração S/A	50%	<u>5.037.909</u>	<u>5.037.909</u>
		<u>10.075.818</u>	<u>10.075.818</u>

16.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor constituído no exercício é de R\$ 675.965 (em 2021 a Companhia apurou prejuízo no exercício), totalizando R\$ 1.939.380.

16.3 Dividendos a pagar

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos a pagar e dividendos adicionais propostos.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2022 é de R\$ 3.210.834 (em 2021 a Companhia apurou prejuízo no exercício). Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	21.000.271	(7.480.972)
(-) Prejuízo acumulados anteriores	<u>(7.480.972)</u>	-
Base de cálculo dos dividendos	13.519.299	(7.480.972)
(-) Constituição da reserva legal	<u>(675.965)</u>	-
(=) Base para a distribuição dos dividendos	12.843.334	-
Dividendos a pagar	<u>3.210.834</u>	-
Dividendos adicionais propostos	<u>9.632.501</u>	<u>-</u>

16.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é

reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu R\$ 9.632.498 (em 2021 a Companhia apurou prejuízo no exercício).

17 Receitas líquida de vendas

	Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de vendas de energia (i)	94.948.821	85.310.899
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(617.167)	(554.613)
COFINS	(2.848.465)	(2.559.753)
(-) Ressarcimento	(669.740)	(244.545)
Total das deduções da receita bruta	(4.135.372)	(3.358.911)
Receita líquida	90.813.449	81.951.988

(i) Em 2022, a Companhia registrou um aumento em sua receita líquida devido ao aumento no preço dos contratos de venda de energia com a atualização da inflação e maior geração de energia em relação ao ano anterior.

18 Custos das vendas

	Consolidado	
	2022	2021
Custos operacionais		
Seguros	(604.335)	(695.194)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(95.587)	(337.686)
	(699.922)	(1.032.880)
Impostos e taxas		
TUSD	(5.370.921)	(4.453.887)
Taxa de regulamentação	(338.569)	(372.842)
	(5.709.490)	(4.826.729)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(169.200)	(109.617)
Manutenção das instalações	(3.069.651)	(2.834.385)
Serviços de engenharia	(149.373)	-
Serviços de assessoria	(505.872)	(531.953)

Outros serviços	(10.765)	(9.809)
	<u>(3.904.861)</u>	<u>(3.485.764)</u>
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(18.032.975)	(17.792.513)
Custo com amortização do direito de uso	(293.479)	(251.777)
	<u>(18.326.454)</u>	<u>(18.044.290)</u>
	<u>(28.640.727)</u>	<u>(27.389.663)</u>
Total dos custos de vendas		

19 Despesas administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas administrativas				
Despesas legais	(18.117)	(3.990)	(109.419)	(331.489)
Contribuições a associações	-	-	(47.869)	-
Despesa com amortização	(530.671)	(530.671)	(530.671)	(530.671)
Seguros	(1.762)	(4.038)	(1.762)	-
	<u>(550.550)</u>	<u>(538.699)</u>	<u>(689.721)</u>	<u>(862.160)</u>
Impostos e taxas				
Multas	-	-	(460)	(30)
Impostos de importação	-	-		(21.430)
ICMS	-	-	(60.612)	-
PIS e COFINS	(7.382)	(1.435)	(7.382)	(1.435)
	<u>(7.382)</u>	<u>(1.435)</u>	<u>(68.454)</u>	<u>(22.895)</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(48.257)	(44.872)	(193.030)	(179.492)
Serviços de consultoria	(210.908)	(82.382)	(210.908)	(82.382)
Honorários de auditores	(27.891)	(32.707)	(103.612)	(115.990)
Honorários de advogados	(614)	(6.004)	(18.204)	(105.562)
Propaganda e publicidade	-	(7.499)	-	(22.295)
Serviços de informática	(29.986)	(25.739)	(80.159)	(47.615)
Serviços de vigilância	-	-	(188.798)	(175.791)
Outros serviços	-	-	-	(7.134)
	<u>(317.656)</u>	<u>(199.203)</u>	<u>(794.711)</u>	<u>(736.261)</u>
Rateio de despesas				
Gestão administrativa	-	-	(250.948)	(300.776)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(250.948)</u>	<u>(300.776)</u>

Total das despesas administrativas	(875.588)	(739.338)	(1.803.834)	(1.922.092)

20 Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Recuperação de despesas (i)	14	-	12	1.125.529
Outras receitas	-	-	145.571	73.768
	14	-	145.583	1.199.297

(i) Refere-se a cobrança de multas da Biosar por não atendimento a requisitos técnicos em 2021.

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	135.022	22.736	3.036.742	1.147.225
Descontos obtidos	-	-	563.276	820.877
Juros	23.717	8.131	24.906	8.528
	158.739	30.867	3.624.924	1.976.631

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Juros sobre outras operações	-	-	(153)	(193)
Juros de empréstimos	(13.676.010)	(18.417.821)	(38.030.631)	(57.343.277)
Despesas bancárias	(878)	(113.107)	(47.661)	(128.684)
Variações cambiais passivas	-	-		(6.903)
Despesas com IOF	(1.944)	(18)	(16.281)	(10.380)
Custos com empréstimos	(278.830)	(283.318)	(278.830)	(1.933.981)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(711.722)	(631.061)
	(13.957.662)	(18.814.265)	(39.085.278)	(60.054.479)
Resultado financeiro	(13.798.922)	(18.783.398)	(35.460.354)	(58.077.848)

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto	21.000.269	(7.480.972)	25.054.117	(4.238.318)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	7.140.091	(2.543.530)	8.518.400	(1.441.028)
Resultados de controladas por equivalência	(12.129.421)	(4.094.200)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	179.510	180.428	179.510	180.428
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	4.809.820	6.449.939	4.809.820	6.449.939
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(9.453.884)	(1.954.048)
Outros	-	7.362	-	7.362
Encargo fiscal	-	-	4.053.846	3.242.654
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(4.101.894)	(3.948.459)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	48.048	705.806
	-	-	(4.053.846)	(3.242.654)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	16%	-77%

	Consolidado	
	2022	2021
<u>Imposto por natureza</u>		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	2.900.472	2.868.644
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	1.151.927	672.055
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	49.495	407.761
	4.101.894	3.948.459

23 Transações com parte relacionadas

23.1 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
EDF EN do Brasil Participações (i)	-	-	152.910	41.678
Pirapora X Energias Renováveis S/A	-	-	24.006	-
	-	-	176.916	41.678

- (i) Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) as Companhias da fase 2 (Pirapora II, Pirapora III, Pirapora IV), referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina Solar II. O rateio de despesas é proporcional à capacidade Solar II de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é o exercício de 2023.

23.2 Dividendos a receber

	Controladora	
	2022	2021
Pirapora II Energias Renováveis S/A	2.828.036	1.121.841
Pirapora III Energias Renováveis S/A	2.817.651	904.087
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	2.827.071	833.989
	8.472.758	2.859.917

23.3 Dividendos a pagar

	Controladora	
	2022	2021
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	1.605.417	-
Ômega Geração S/A	1.605.417	-
	3.210.834	-

23.4 Remuneração do pessoal chave da administração

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	724.854	8.663	15.298.904	18.711.981
Contas a receber	-	-	11.563.303	11.979.491
Dividendos a receber	8.472.758	2.859.919	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários (i)	11.568.481	9.442.357	44.692.363	23.809.489
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	21.353	24.057	4.575.741	5.249.757
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	176.916	41.678
Empréstimos e financiamentos (iii)	-	-	294.892.196	313.566.963
Debêntures a pagar	134.151.417	131.854.302	134.151.417	131.854.302
Dividendos a pagar	3.210.834	-	3.210.834	-
Arrendamentos mercantil	-	-	6.574.351	4.699.130

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantil - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são

equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	724.854	8.663	15.298.904	18.711.981
Contas a receber	-	-	11.563.303	11.979.491
Dividendos a receber	8.472.758	2.859.919	-	-
 <u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	11.568.481	9.442.357	44.692.363	23.809.489

A Administração avaliou, segundo sua política de PCE, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós- fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição está máxima evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

Controladora

	2022		2021	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	21.353	-	24.056	-
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	-
Debêntures a pagar	12.584.966	121.566.451	12.455.380	119.398.922
Dividendos a pagar	3.210.834	-	-	-
	15.817.153	121.566.451	12.479.436	119.398.922

	Consolidado			
	2022		2021	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	4.575.741	-	5.249.757	-
Contas a pagar – partes relacionadas	176.916	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.399.520	275.492.676	21.529.668	292.037.295
Debêntures a pagar	12.584.966	121.566.451	12.455.380	119.398.922
Dividendos a pagar	3.210.834	-	-	-
Arrendamentos mercantil	909.754	5.664.597	719.282	4.698.130
	40.857.731	402.723.724	39.954.087	416.134.347

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

f. Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2023 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2022, cuja valor definido foi de 5,32% a.a, sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento 31.12.2022	Risco	Juros Projetados para 2023		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	294.892.101	IPCA	20.262.824	23.253.285	26.229.521
Debêntures	136.448.397	IPCA	13.021.909	14.778.086	16.546.472

25 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
2023	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	433	431	431
2023	Total (R\$ Mil)	31.890.570	31.731.628	31.731.628
2024-2038	Total (R\$ Mil)	446.469.268	444.238.604	444.238.604

26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros S.A e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é de R\$ 514.670.737 tendo como vigência o período de 01/01/2022 à 31/12/2022.

Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 01/01/2023 à 31/12/2023.

Coberturas	2022	2021
Lucro cessantes	R\$ 93.146.384	R\$ 115.063.802
Danos materiais	R\$ 421.524.353	R\$ 472.801.575
Importância segurada	R\$ 514.670.737	R\$ 587.865.377

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 30/06/2022 à 30/06/2023.

Coberturas	2022	2021
Empregador, empresa concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil		
Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245	R\$ 118.061.080